



LusitaniaGás

Companhia de Gás do Porto, S.A.

Sede Social: Av. Central, 52 - 1.^o
Matriculada na C.R.C. de Aveiro sob o nº 2849
Pessoa Colectiva nº 502761024
Capital Social: 2 100 000 000000

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO 1995

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Acionistas:

De acordo com as disposições legais e estatutárias em vigor, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão e as Contas anuais da empresa de 1995.

1. Tal como o ano de 1994 representa para a LusitaniaGás o início da implementação das redes primária e secundária integradas no projeto de infraestruturas respeitante à Concessão de Distribuição de Gás Natural no Região Centro do País, 1995 traduziu por um ano de reforço desse investimento e por outro, o estabelecimento das regras orientadoras da política comercial.

2. Assim, e no âmbito da rede de infraestruturas, decidiu o C. A. da LusitaniaGás lançar um programa abrangendo os anos de 1995 e 1996, cujo objectivo foi, não só ampliar a rede secundária iniciada em 94 nas cidades de Espinho, Aveiro, Coimbra e Figueira do Foz, como também permitir processos análogos em Sta. Maria da Feira, S. João da Madeira, Lousada e Matosinhos.

O Quadro 1 explicita em termos objectivos esse programa:

QUADRO I REDES SECUNDÁRIAS (Plano 1995/1996 e estado de avanço)									
Plano 95/96					Realizado 95				
Concelhos	Rede	Ramais	Rede	Ramais	nº	%	nº	%	
Espinho	19,4	878	5,8	30%	4	0,5%			
Feira	14,5	258	0	0%	0	0,0%			
S. João da Madeira	24,5	850	3	12%	8	0,7%			
Aveiro	17,4	1.062	4,3	25%	20	1,8%			
Coimbra	50,0	2.320	9,4	19%	19	0,0%			
Figueira do Foz	30,5	1.140	10	33%	3	0,5%			
Lousada	38,1	1.428	9	23%	0	0,0%			
Matosinhos	27,0	1.387	4,6	17%	7	0,5%			
TOTAL	222,4	9.348	46,1	21%	68	0,9%			

3. Os princípios orientadores da implantação da rede secundária foram determinados pela necessidade de continuar o reforço iniciado em 1994 e, bem assim, atingir cidades da zona concessionária que possuíam elevado potencial de consumo. Da a escolha de Sta. Maria da Feira, S. João da Madeira e Sta. Maria da Foz.

Paralelamente, procurou-se, através desta opção também considerar áreas de elevada densidade industrial, o que poderá favorecer o crescimento da LusitaniaGás.

4. O ritmo de construção das infra-estruturas foi planeado para a possibilidade de harmonizar os nossos trabalhos com diversas Câmaras Municipais e pelas condições climáticas, estas tendo permitido a produtividade dos empreiteiros, demarcando prioridades nas várias áreas e parcerias.

O quadro anterior confirma esta situação, verificando-se que da totalidade do programa de redes, para o biênio 95/96 se executaram 21% no total que apenas durante os últimos três meses de 1995.

A concretização dos ramais está prevista após a implantação das redes o que justifica o atraso na realização obtida.

De qualquer modo, como o programa avançou praticamente no último trimestre e foi deliberado que para Sta. Maria da Feira apenas se iniciaram obras em Maio de 96, não considera o C. A. da LusitaniaGás que se verifiquem devios sensíveis e preocupantes na concretização das redes de infraestruturas.

5. Em termos de dispêndio financeiro o Quadro II evidencia alguns indicadores respeitantes ao programa de implantação das redes de distribuição de Gás. Para 1995/1996 e que traduziam uma realidade positiva para a LusitaniaGás.

Com efeito e apesar da, na comparação dos preços unitários de obra realizada em 94 com os seus homólogos constantes para o período de 95/96, se constatar um agravamento relativo nas redes das cidades onde não se realizou o ano transacto (com excepção de Espinho), a redução nos custos das materiais (tubos, válvulas e acessórios) revela uma fortíssima redução nos preços para o biênio 95/96.

Paralelamente, os custos unitários da obra para as redes de Sta. Maria da Feira e S. João da Madeira e para o período 95/96, mostram um nível próximo do apresentado em 1994.

O antecipo referido para as redes dos restantes concelhos permite comparar favoravelmente os nossos custos aos das restantes empresas distribuidoras de G.N., para além do facto de no início das nossas obras - 1994 - os preços por nós obtidos se terem situado muito abaixo do nível médio praticado no mercado.

QUADRO II (Comparação de custos entre o biênio 95/96 e 1994)									
		Custos				Materiais			
		(Eac.m)		(Eac.m)		(Eac.m)		(Eac.m)	
Concelhos	Tipo	1995/1996	1994	1995/1996	1994	1995/1996	1994	1995/1996	1994
Espinho	Rede Secundária	7.440	7.278	1.134	1.821				
Feira	Rede Secundária	6.791	639						
S. J. Madeira	Rede Secundária	6.020	1.094						
Aveiro	Rede Secundária	7.335	5.187	800	1.586				
Coimbra	Rede Secundária	8.220	7.083	1.324	1.392				
F. do Foz	Rede Secundária	7.575	5.613	1.299	1.629				
Lousada	Rede Secundária	8.131	1.049						
M. Grande	Rede Secundária	7.965	1.107						

6. O ano de 1995 foi também o ano da definição das principais orientadoras da política comercial da empresa e sua concretização. Para o efeito, operaram-se algumas medidas que passamos a explicitar:

6.1. No plano organizativo desenvolveu-se a Direcção Técnico-Comercial em duas Direcções, uma destinada aos aspectos de instalação, reatuação, fixação e gestão das redes (Direcção Técnica) e outra, especificamente destinada a preparar a definição e execução da política comercial (Direcção Comercial), tendo-se, para o efeito, contratado um responsável para esta área.

Paralelamente, foram adidos quatro técnicos integrando esta última área da empresa, com o fim de dar execução às acções comerciais.

6.2. No plano normativo, foram discutidas e aprovadas orientações, tendo-se definido quatro segmentos de mercado: doméstico residencial, doméstico novo, terciário e industrial.

Respectivamente a cada um deles, estabeleceram-se métodos e processos de penetração no mercado, estimativas de custos unitários, critérios e alancas, projectos de contratos a estabelecer com os futuros clientes, zonas de entrega e empresas de montagem de redes interiores.

6.3. A concretização dessas orientações determinou uma acção mais específica nas áreas de Sta. Maria da Feira, Aveiro, Espinho e Figueira do Foz, o que permitiu o diagnóstico de clientes e início de relação comercial com alguns deles.

Foram ainda seleccionadas algumas empresas de montagem de redes interiores, as quais estão já a trabalhar na cidade de Aveiro.

6.4. A fim de se conseguir uma fidelização relativa de potenciais clientes, a LusitaniaGás decidiu, após aprovação governamental, fornecer gás próprio aos clientes entretanto angariados. Essa situação será concretizável até ao momento da chegada do G.N., altura a partir da qual se operará a substituição.

Nesse sentido, estabeleceu-se um contrato com a Petrolgal para o fornecimento de gás combustível gasoso e montagem dos respectivos tanques.

7. As relações institucionais com as entidades públicas gestoras dos fundos de apoio ao projecto de G.N. continuam a desenvolver-se no maior espírito de colaboração.

O ano de 1995, viu extinguir-se o Programa Protecção e, em sua substituição, surgiu o Programa Energia.

Os Quadros III e IV evidenciam o âmbito e os montantes financeiros envolvidos ao abrigo desses Programas:

Os Quadros III e IV evidenciam o âmbito e os montantes financeiros envolvidos ao abrigo destes Programas:									
QUADRO III (Protecção: Situação Final)									
Nº Processo	Descrição	Investimento				Subsídios			Inv. Fiscais
		Apresentado (E ac.)	Engelvig (E ac.)	Devolto (%)	Solicitados (E ac.)	Recebidos (E ac.)	Devolto (%)	Devolto (%)	Km
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
					-20.45				
02.01.013	1ª Incorporação	336.349.244	336.246.324	-0,03%	151.357.180	151.310.846	-0,03%		
02.01.017	Corp. - Aveiro	848.535.067	848.317.079	-0,50%	382.290.780	380.393.000	-0,50%	0,987	1,700%
02.01.016	Corp. - Coimbra	493.157.616	492.080.056	-0,22%	221.920.927	221.436.025	-0,22%	-0,419	-1,000%
02.01.036	Corp. - Lousada	147.819.807	147.803.818	-0,01%	66.559.883	66.556.357	-0,01%	-0,245	-0,003%
02.01.033	2ª Incorporação	137.177.831	137.177.831	0,00%	61.730.024	61.730.024	0,00%		
02.01.043	3ª Incorporação	243.948.516	243.948.516	0,00%	100.775.933	100.775.933	0,00%		
	TOTAL	2.206.077.083	2.202.877.624	-0,15%	993.634.667	991.202.186	-0,25%	0,33	0,687%

QUADRO IV (Programa Energia)									
Investimento									
Subsidios									
Inv. Fiscais									
Nº	Processo	Descrição	Invest. (E ac.)	Sub. (E ac.)	Engelvig (E ac.)	Sub. (E ac.)	Rec. (E ac.)	Invest. (E ac.)	Sub. (E ac.)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
+350.45									
51.22.001	Infraest. - Aveiro	1.712.683	685.077	1.692.239	676.931	0	42.794	17.118	659.813
51.22.002	Infraest. - Coimbra	1.944.964	777.964	1.916.906	766.790	0	119.423	47.769	718.991
51.22.003	Infraest. - Lousada	1.602.651	653.000	1.563.675	625.470	0	26.696	10.678	614.792
51.22.004	Infraest. - Matosinhos	22.833	9.133	0	0	0	0	0	0
TOTAL		5.313.161	2.125.264	5.172.864	2.069.161	0	188.914	75.565	1.993.596

NOTAS: 1. A candidatura da LusitaniaGás encontra-se em fase de apreciação (enviada em 5/11/95). 2. Os pedidos de pagamento no valor de 75.565 Cts foram apresentados em 12/12/95, prevendo-se o seu recebimento em Fevereiro de 1996.

8. A conta de exploração da empresa justifica uma análise suportada pelos Quadros V e VI, onde se visualizam situações que convém explicitar.

Assim:

8.1. Os prováveis reduções em cerca de 11% face ao ano de 1994, devido à maior rapidez de utilização de fundos próprios, na medida em que os mesmos foram aplicados na realização dos investimentos na construção da rede secundária.

Por outro lado, o aumento registado na rubrica "Trabalhos para a Própria Empresa", refere-se, essencialmente, à inclusão de uma parte dos dígitos salarios de encargos aplicados ao projecto em si mesmo, em consequência de critérios contabilísticos superamente aprovados.

8.2. Os custos foram inferiores em cerca de 12% aos obtidos no ano anterior, fruto de uma rigorosa política de contenção e racionalização, apesar de um agravamento dos custos financeiros, já que se verificou uma maior necessidade de capital alheio aplicado ao investimento e à gestão da empresa.

Em complemento do exposto, ciente ainda, que o arranque das obras só se verificou no último trimestre do ano, com consequências menos citadas em funcionamento a serviços externos.

Todavia, não deve ser esquecido o facto de ter sido levada a cabo, no seio da empresa, uma rigorosa política organizacional.

8.3. A actualização dos custos e prováveis determinou em 1995, resultados, operacionais e financeiros, superiores em 40.300 123500 e 16.803 820500, respectivamente, aos obtidos no ano anterior.

O saldo de liquidação que transitou para 1996 é de, aproximadamente, 225.071 Cts, facto que fornece margem de manobra para os pagamentos a efectuar no início do ano, aliado ao facto de, a empresa receberá do Programa Energia, as verbas que correspondem à sua participação em evidência no Quadro IV supra.

QUADRO V COMPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS (Eac.)									
1995									
1994									
1993									
DESCRIPÇÃO	1995	1994	1993	%					
Fornecimento e Serviços Externos	49.332.071	79.236.880	379						
Custos e Pessoal	94.100.343	90.488.400	4%						
Amortizações	24.933.086	16.784.270	49%						
Impostos	6.161.314	15.462.538	160%						
Outros Custos e Pendas Operacionais	456.600	452.000	0%						
Encargos Financeiros	3.340.239	2.270.024	47%						
Custos e Pendas Extraordinárias	1.305.424	1.305.424	70%						
TOTAL CUSTOS	177.719.087	209.273.141	17%						
Trabalhos para a Própria Empresa	57.224.000	42.598.042	34%						
Provisões Suplementares	302.400	302.400	100%						
Provisões Financeiras	6.556.905	31.582.216	-79%						
Provisões e Ganhos Extraordinários	2.045.000	1.212.538	160%						
TOTAL PROVISÕES	87.128.311	75.695.196	11%						
RESULTADOS LÍQUIDOS	-19.890.777	-127.874.815	-13%						

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES DOS FUNDOS CIRCULANTES (Eac.)

	1995	1994		1995	1994
Aumentos das Existências			Diminuições das Existências		
Am. Div. de Terc. a C. Prazo		215.802,673	Dim. Div. de Terc. a C. Prazo	158.138,822	
Am. Div. a Terc. a C. Prazo	912.853,087		Am. Div. a Terc. a C. Prazo	1.727.451,775	
Amortização das Depreciações	632.946	- 0,205.394	Diminuições das Depreciações	125.993,314	387.208,419
Depreciação de Imovel			Amortização de Imovel	300.646	1.096.004
Depreciação de Fundos Circulantes		1.812.590,821	Aumento dos Fundos Circulantes	629.954,513	
TOTAL	913.486.093	2.026.376,196	TOTAL	913.486.093	2.026.376,196

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Eac.)

	31-12-1996	31-12-1994
ATIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recém-bentos provenientes de:		
- Outras prestações	353.808,00	
- Estado	242.911.415,00	26.531.290,00
Total recém-bentos	243.546.223,00	26.531.290,00
Pagamentos respeitantes a:		
- Fornecedores e serviços externos	54.619.226,20	59.585.743,80
- Pessoal	90.772.137,50	83.491.406,40
- Impostos	6.180.995,00	15.402.538,00
- Estado	47.879.312,00	307.362.995,30
Total pagamentos	199.451.670,70	476.846.683,50
FLUXO OPERACIONAL DE TESOURARIA	43.113.552,30	-449.314.393,50
Recebimento do imposto e rendimento	11.243.192,00	4.978.014,00
Outros recém-bentos de atividades operacionais		
Outros pagamentos de atividades operacionais	456.600,00	452.000,00
FLUXO GERADO ANTES DAS RUBRICAS EXTRAORDINÁRIAS	53.900.144,30	-444.788.379,50
Recém-bentos de atividades extraordinárias		
Pagamentos de atividades extraordinárias	314.631,00	
FLUXO CORRENTE DE TESOURARIA (1)	53.585.513,30	-444.788.379,50
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recém-bentos provenientes de:		
- Juros e proveitos similares	5.867.426,80	33.967.009,30
Total recém-bentos	5.867.426,80	33.967.009,30
Pagamentos respeitantes a:		
- Investimentos financeiros		35.000.000,00
- Imobilizações corpóreas	229.279.004,80	1.565.947.648,80
- Imobilizações incorpóreas	76.542.385,00	491.538.521,80
Total pagamentos	305.821.349,80	2.092.486.170,60
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-299.953.923,20	-2.058.519.161,10
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recém-bentos provenientes de:		
- Emprestimos de curto prazo obtidos	741.284.000,00	1.950.000.000,00
- Aumentos de capital, prestações, e prémios de emissão	69.233.050,00	200.000.000,00
- Subsídios	647.189.000,00	344.032.598,00
Total recém-bentos	2.117.706.050,00	2.544.032.598,00
Pagamentos respeitantes a:		
- Emprestimos de curto prazo obtidos	2.032.922.537,00	290.233.240,00
- Juros e outros similares	64.189.619,70	38.289.667,80
Total pagamentos	2.097.092.156,70	328.521.907,80
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	120.694.433,30	2.215.510.670,20
Variação de Caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	-125.683.966,60	-287.796.862,40
Variação das diferenças de câmbio	-9.247,70	-31.555,80
Caixa e seus equivalentes no início do período	300.763.741,80	648.592.180,00
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	236.079.527,50	360.763.741,80

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

1. A Lusiã Lusiã, Companhia de Gás de Centro, SA, constituída em 30/11/92, tem como objecto exploração em regime de serviço público, da rede de distribuição regional de gás natural e de suas concessões de substituição na zona centro de Portugal (e maior parte das concessões das regiões de Aveiro, Coimbra e Leiria), assim como a concepção e manutenção das respectivas infra-estruturas. Este serviço público foi concedido à Lusiã Lusiã por um período de 25 anos, pelo Estado Português.

2. As demonstrações financeiras foram preparadas de harmonia com os princípios contabilísticos definidos no Plano Oficial de Contabilidade.

3. Critérios voluntários adoptados:
As imobilizações incorpóreas foram valorizadas ao custo de aquisição.
As imobilizações corpóreas estão valorizadas também ao custo de aquisição.
Todos os custos suportados desde a data de início da actividade até 31 de Dezembro de 1995 e directamente relacionados com o processo de investimento, são considerados em imobilizações incorpóreas em curso.
Todos os custos relativos à construção de rede realizadas em 1995 foram contabilizadas em imobilizações em curso.

4. As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição pelo método das quotas constantes dentro dos limites do Decreto Regulamentar nº 2/90 com as alterações introduzidas pelos Decretos Regulamentares nº 2492 e 1694.

5. As imobilizações financeiras foram valorizadas ao custo de aquisição.

6. Cotações utilizadas para conversão de moeda estrangeira em moeda nacional:

Câmbio em 31/12/95:	ITL - 0,1046
	USD - 151,52
	DEM - 106,06
	ESP - 1.2927
	GBP - 231,31
	BEF - 5,1017

7. O número médio de pessoas ao serviço de empresa foi, durante o ano, de 19.

8. Comentários à conta "431 - Despesas de instalação".

(Eac.)	31/12/94	31/12/95
4311 - Constituição de empresa	47.325.462	23.212.239
4312 - Organização da sociedade	2.720,70	3.746.680
4313 - Aumento de capital	5.639.933	12.768.523
4317 - Activo incorpóreo financiado pelo Programa Energia	0	81.566.952
4318 - Publicidade e marketing	20.421.613	0
4319 - Estudos e projectos	799.131.469	78.545.304
4321 - Despesas de instalação	876.652.917	1.006.786.773

A conta "4311 - Constituição de empresa" engloba despesas com garantias bancárias referentes à assinatura do contrato de concessão.
A conta "4313 - Aumento de capital" engloba despesas com as escrituras dos aumentos do capital.
A conta "4317 - Activo incorpóreo financiado pelo Programa Energia", engloba despesas em Publicidade, Marketing e Estudos e

Projectos financiados por aquele Programa Comunitário.

As contas "4318 - Publicidade e marketing" e "4319 - Estudos e projectos" englobam todas as despesas directamente relacionadas com o projecto de investimento.

19. Os movimentos correntes nas rubricas do activo imobilizado constantes do balanço e nas respectivas contas de amortizações são de que constam nos quadros II e III das páginas seguintes:

11. Ao investimento em activo corpóreo contabilizado em imobilizações em Curso foram adicionados os encargos financeiros suportados no respectivo exercício no montante de 57.110.634,10, relativos aos empréstimos obtidos para financiar a construção das infra-estruturas.

14. As imobilizações corpóreas estão, na sua globalidade, afectas à actividade de empresa.

ACTIVO BRUTO

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Aumentos	Transfer. e abates	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	876.552		190.241		1.066.793
Propriedade industrial e outros direitos			122		122
Total	876.552		190.363		1.066.915
Imobilizações corpóreas:					
Tanques e recursos naturais				35.826	35.826
Edifícios e outras construções	160.954			-35.826	125.128
Equipamento básico	7.743				7.743
Equipamento de transporte			12.184		12.184
Ferramentas e utensílios	302		276		578
Equipamento administrativo	36.263		5.052	570	43.745
O. Imobilizações corpóreas			440		440
Imobilizações em curso	1.394.031		521.724		1.915.755
Total	1.602.293		639.676	670	2.141.399
Investimentos financeiros					
Partes de capital em emp. associadas	50.000				50.000
Total	50.000				50.000

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
Imobilizações incorpóreas:				
Despesas de instalação	13.120	12.667		25.787
Despesas de investigação e desenvolvimento				
Propriedade industrial e outros direitos				
Tanques	13.120	12.667		25.787
Imobilizações corpóreas:				
Tanques e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	2.824	2.476		5.300
Equipamento básico	403	484		887
Equipamento de transporte	505			505
Ferramentas e utensílios	66	69		135
Equipamento administrativo	8.000	8.721	24	16.097
Tanques e veículos				
Outras imobilizações corpóreas	12.883	12.306	24	24.883
Investimentos financeiros				
Títulos e outras aplicações financeiras				
Outros investimentos financeiros				

28. Não existem dívidas em situação de mora no "Estado e Outros Entre Finanças" em 31/12/95.

32. Responsabilidade da empresa por garantias prestadas:

BENEFICIÁRIO	MONTANTE (Eac.)	RANCO	CONSTITUIÇÃO
D.G.C.I.	13.996.236	B.T.A.	13-11-1995
ESTADO PORTUGUÊS	830.152.800	B.F.B.	04-12-1995
ESTADO PORTUGUÊS	200.000.000	B.F.B.	04-12-1995
TOTAL, ESTADO	1.044.149.036		
L.P.A.M.E.L. - PROGRAMA ENERGIA	31.272.500	B.T.A.	27-10-1995
L.P.A.M.E.L. - PROGRAMA ENERGIA	30.846.500	B.T.A.	27-10-1995
L.P.A.M.E.L. - PROGRAMA ENERGIA	38.338.000	B.T.A.	27-10-1995
TOTAL, L.P.A.M.E.L.	100.456.000		
UNID. DE GESTÃO DO PROTIDE	25.403.000	B.T.A.	02-03-1994
UNID. DE GESTÃO DO PROTIDE	21.871.300	B.T.A.	02-03-1994
UNID. DE GESTÃO DO PROTIDE	8.057.400	S.T.A.	02-03-1994
UNID. DE GESTÃO DO PROTIDE	4.073.500	B.T.A.	02-03-1994
UNID. DE GESTÃO DO PROTIDE	12.692.000	B.T.A.	20-10-1993
UNID. DE GESTÃO DO PROTIDE	6.911.250	B.F.E.	07-07-1994
TOTAL, PROTIDE	78.586.750		
TOTAL	1.228.185.786		

As garantias no valor de Esc. 78.586.750 cujo beneficiário é o PROTIDE estão em via de registo não só porque os investimentos que calham são o seu âmbito foram executados, mas também por aquele programa ter terminado.

38. Em 1995, o capital social da Lusiã Lusiã aumentou Esc. 800.000,00 por entradas em dinheiro. A emissão de 800.000 acções foi reservada para os accionistas e foi totalmente subscrita e realizada. Nestes termos, em 31/12/1995, o capital social era de Esc. 1.800.000,00.

39. As 1.800,00 acções da Lusiã Lusiã são nominativas de valor nominalizado Esc. 1.000,00 cada.

37. Em 1995, as empresas EGA Empresa de Gás de Aveiro, SA, LUSAGÁS Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, SA e a EBL Empresa de Gás de Leiria, SA foram dissolvidas. Como consequência os accionistas destas empresas tornaram-se accionistas da Lusiã Lusiã, isto significa que, actualmente, se passou de uma situação de 7 accionistas para 76. O quadro infra apresenta um resumo dos actuais accionistas e suas participações em 31/12/95:

Accionistas	Nº de Acções	%
GDP	806.779	44,80%
Nacional	506.021	28,14%
Petrol	194.818	10,82%
Italgas	90.000	5,00%
Outros	171.172	9,43%
TOTAL	1.800.000	100%

A categoria de accionistas denominada "Outros" compreende pessoas singulares, empresas privadas e Câmaras Municipais. Estes accionistas tiveram oportunidade de comparecer ao aumento de capital em curso no montante de Esc.300.000,00 e que decorre entre os meses de Dezembro de 1995 e Janeiro de 1996.

38. Do aumento de capital de 300.000 acções, 279.333 encontravam-se subscritas. As restantes 20.667 serão sujeitas a resgate.

40. Movimento ocorrido nas rubricas de capitais próprios:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Capital Social	1.000.000	800.000		1.800.000
Reservas estatutárias	39.000			39.000
Resultado líquido do exercício	(127.575)		(127.575)	(1.059.919)
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	831.419	800.000	(127.575)	1.503.844

43. Remunerações atribuídas aos Órgãos Sociais (Em €)

QUADRO VII	
Descrição	Valor
Conselho de Administração	16.786.007
Conselho Fiscal	300.000
TOTAL	16.186.007

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

(Contas)		Exercício		1994		1995		Exercício		1994		1995	
Custos e Perdas		Exercício		1994		1995		Exercício		1994		1995	
681-Juros suportados		121		7		791-Juros obtidos		6.552		31.500			
682-Perdas em empresas do grupo e associadas						782-Ganhos em empresas do grupo e associadas							
683-Ancasções de invest. em imóveis						783-Rendimentos de imóveis							
684-Prov. para aplicações financeiras						784-Rend. de participações de capital							
685-Difere. do d. de dep. desvalorizáveis		458		60		785-Difere. de dep. de dep. financeiros		5		75			
686-Dif. de prov. pag. concedidos						786-Dif. de prov. pag. obtidos							
687-Perda em alienação de ativo. tesour.						787-Ganhos na alien. de ativo. tesour.							
688-Outros custos e perdas financeiras		3.761		2.020		788-Outros proveitos e ganhos financ.							
Resultados financeiros		3.217		31.502		6.557		31.582					

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(Contas)		Exercício		1994		1995		Exercício		1994		1995	
Custos e Perdas		Exercício		1994		1995		Exercício		1994		1995	
691-Donativos						791-Fornecimento de impostos							
692-Difere. indubitáveis						792-Recuperação de dívidas							
693-Perdas em operações de capital						793-Ganhos em operações de capital							
694-Perdas em imobilizações		221		221		794-Ganhos em imobilizações		221		221			
695-Multas e penalizações		2		2		795-Benefícios de primas contratuais							
696-Aumentos de amortiz. e provisões						796-Perdas na alien. de ativos e provisões							
697-Correções retas. a event. anteriores		303		1.118		797-Correções retas. a event. anteriores		268		107			
698-Outros custos e perdas extraordin.		2.850		1.219		798-Outros proveitos e ganhos extraordin.		2.983		1.112			
Resultados extraordinários		3.045		1.219		3.045		1.219					

47. Informações exigidas por diploma legal

Diploma		Data		Âmbito	
Decreto-Lei nº 339/91		16/01/91		Lei de Bases	
Resolução do Conselho de Ministros nº 33/91		16/03/91		Atribuição de Condição	
Constituição do Conselho		16/12/90		Assinatura	
Decreto-Lei nº 163/94		08/07/94		Alteração da Lei de Bases	
Constituição do Conselho de Administração		16/02/95		Assinatura	

48. Em 26 de Junho de 1995, foi assinado com o Banco Espírito Santo, um contrato de financiamento referente à primeira tranche no valor de Esc. 2.500.000 milhas seguintes condições:

- Prazo de utilização: 16 meses;
- Prazo do crédito: 15 anos com 7 de carência;
- Método: amortização progressiva;
- Taxa de Juro: Libor + 3 meses;
- Foi assinado em 26/06/95, o assistente da garantia com um Sindicato Bancário que garante o empréstimo referente ao número anterior. As principais condições previstas são as seguintes:
- Constituição do Sindicato Bancário:

QUADRO XI

Instituição	Participação
Banco Comercial e Exterior	17,5%
Banco de Portugal	17,5%
Banco Fomento e Comércio	17,5%
C.I.F. Banco Comercial Português	17,5%
Fundo Europeu de Investimentos	30,0%
TOTAL	100%

- Principais condições:
- Comissão de garantia, indexada ao rácio de cobertura da dívida, variando entre os 2% e os 125%;
- Comissão de comissão: 0,75% "flat";
- Comissão de capitalização: 0,75%;
- Assinatura de compromisso de promessa para constituição de penhor das infraestruturas e hipoteca da Sede até ao montante dos créditos do B.E.L., encargos financeiros do B.E.L. e Sindicato, unicamente, para a eventual caso de não cumprimento dos compromissos assumidos para com estas instituições.

Estas procurações foram autorizadas por Despacho do Senhor Secretário de Estado da Energia datado de 27/03/95.

Os montantes a receber ao longo da segunda da empresa, excepto da responsabilidade civil, são creditados em conta pessoal sediada no B.F.E. Tendo em conta a autorização (prevista no mesmo Despacho) do Senhor Secretário de Estado da Energia para o efeito.

- A empresa participa, também, no capital social da Transição Societária Portuguesa de Gás Natural, SA na percentagem de 0,4% que corresponde às aplicações financeiras efectuadas no Balcão 30.000 Contos;
- Em 1995, encontra-se o programa PROTEDE tendo a empresa beneficiado, na sua globalidade de aplicação, em 1992/1995, no montante de Esc. 991.202,18 euros correspondente a 43% dos investimentos considerados elegíveis, em 1992/1994 por aquele programa (ver: 2.2.02.67/52.04).

em) Com a entrada em vigor do Quadro Comunitário de Apoio, foi o PROTEDE substituído pelo PROGRAMA ENERGIA. Para o Balcão 30.000 foram apresentadas as propostas e candidaturas tendo 3 delas sido seleccionadas. O valor de 5.113.161 Contos. Ao longo das candidaturas aprovadas foi apresentado para pagamento, em 15/12/95 um valor de investimentos no montante de 189.720 Contos o que deverá proporcionar um subfundo de 75.917 Contos (40%).

6. No sentido de conseguir uma maior rentabilidade, em termos fiscais, dos seus investimentos para o balcão 1995/1996, a Lusitânica celebrou os seguintes contratos:

(Contas)		QUADRO XII	
FORNECEDOR	Montante Contratado	Montante Facturado	
Bergius, Lda	141.682	110.838	
Dalmine Reaume	44.400	13.410	
Martins	33.400	20.203	
Martins	193.314	31.789	
QNE	745.275	86.310	
M. B. Pereira da Costa	618.276	100.888	
SP-G	216.592	4.441	
Engel	128.000	55.362	
Engel	386.429	36.610	
Outros	57.880	20.505	
TOTAL	2.263.391	496.196	

NOTA: Os números 2, 5, 6, 9, 12, 13, 15 a 27, 29 a 31, 33 a 38, 41, 42 a 44 do presente anexo não têm aplicação.

Aviso, 15 de Fevereiro de 1996
O Técnico de Contas
Teresa Maria Andrade
Eng.º José Ângelo Ferreira Costa - Presidente
Eng.º Henrique Joaquim Mendes - Vice-Presidente
Eng.º Valdemar Fialho de Costa Mendes - Vogal
Eng.º Luís Fernando Teixeira Conceição Gomes - Vogal
Dr. Ettore Resendeiro - Vigante

RELATÓRIO ANUAL SOBRE A FISCALIZAÇÃO EFECTUADA

Exmos. Conselheiros de Administração e Fiscal e Accionistas da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA

1. De acordo com o disposto no nº 1 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea a) do nº 1 do artigo 45º do Decreto-Lei nº 422-A/93, de 30 de Dezembro, vimos apresentar a V. Exa., o relatório sobre a fiscalização efectuada em relação ao exercício de 31 de Dezembro de 1995.
2. Levamos a efeito os procedimentos consignados na Lei e nas Normas Internacionais de Fiscalização Legal do Conselho, nomeadamente:
 1. Acompanhamento, sempre que aplicável, da gestão da Sociedade, incluindo a leitura das atas relevantes, tendo sido solicitados e obtidos esclarecimentos que consideramos necessários;
 2. Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com as normas contabilísticas nacionais aplicáveis e com os registos contabilísticos que têm em devida consideração bem como de outras informações constantes das demonstrações adoptadas pela Sociedade e que encontram fundamento no Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 1995;
 3. A análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes que consideramos apropriados em função da materialidade dos valores envolvidos, donde desatamos:
 1. A análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Sociedade;
 2. O teste de conciliação directa e por escrito, tanto de receitas, dos saldos de conta de depósitos até à actualidade, responsabilidades e garantias prestadas a terceiros pela Sociedade, tendo sido aplicados os procedimentos anteriormente que consideramos necessários para o caso em que não foi obtida resposta;
 3. A análise dos valores contabilizados nas contas de imobilizações, tendo sido adoptadas as políticas de amortizações das imobilizações;
 4. Análises e testes dos valores elementares de custos, perdas, e ganhos registados durante o ano, em particular ênfase ao cumprimento do princípio da imparcialidade dos exercícios;
 5. A análise das situações passíveis de constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou outros riscos;
 6. Em consequência do trabalho efectuado, efectuamos recomendações verbais e emitimos o relatório que consideramos necessário, bem como a Certificação Legal das Contas, documento cujo conteúdo damos integralmente por reproduzido e anexamos.
 4. Solicitamos a declaração de responsabilidade prevista no nº 2 do artigo 39º das citadas normas estatutárias;
 5. O Relatório de Gestão foi elaborado em conformidade com o caso do exercício e satisfaz as disposições legais e estatutárias.

15 de Fevereiro de 1996
Figueiredo & Neves
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por:
Adeleide Maria Vargas Clara Nunes (RCC nº 862)

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Ex. As Accionistas da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA

INTRODUÇÃO
1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1995, a Demonstração de Resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo à Balança e a Demonstração dos Resultados, documentos que evidenciam um total de balança 3.540.881 Contos e um capital próprio de 824 Contos.

RESPONSABILIDADES
2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa obrigação de auditoria consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame das demonstrações financeiras.

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, de que nos regemos de acordo com as Normas Internacionais de Fiscalização Legal do Conselho e a legislação sobre as demonstrações financeiras não contém distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui a avaliação das estimativas, bases de juízo e critérios de decisão da Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, e a aplicação de uma apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e a aplicação de uma apreciação da adequação da apresentação das demonstrações financeiras.

OPINIÃO
5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA em 31 de Dezembro de 1995 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com o princípio de contabilidade geralmente aceite em Portugal.

15 de Fevereiro de 1996
Figueiredo & Neves
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por:
Adeleide Maria Vargas Clara Nunes (RCC nº 862)

RELATÓRIO DOS AUDITORES EXTERNOS

Exmos. Accionistas da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA

Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA, em 31 de Dezembro de 1995. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Fiscalização Legal do Conselho e a legislação sobre as demonstrações financeiras não contém distorções materialmente relevantes. Um exame de auditoria inclui a verificação das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, bases de juízo e critérios de decisão da Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, e a aplicação de uma apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, bem como da razoabilidade da apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

OPINIÃO
6. É nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado a situação financeira da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA em 31 de Dezembro de 1995, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com o princípio de contabilidade geralmente aceite em Portugal.

10 de Fevereiro de 1996
CPN&P Pte. M&A

RELATÓRIO E PARER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas

Nas termos do artigo 407º, 421º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, e dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V. Exa. o seu relatório sobre a fiscalização efectuada no exercício de 31 de Dezembro de 1995, tendo em conta o montante de meios e recursos apresentados pelo Conselho de Administração relativo ao exercício de 1995.

1. O Conselho Fiscal realizou a fiscalização de acordo com as Normas Internacionais de Fiscalização Legal do Conselho e a legislação sobre as demonstrações financeiras não contém distorções materialmente relevantes. Um exame de auditoria inclui a verificação das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, bases de juízo e critérios de decisão da Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, e a aplicação de uma apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, bem como da razoabilidade da apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

OPINIÃO
2. É nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado a situação financeira da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA em 31 de Dezembro de 1995, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com o princípio de contabilidade geralmente aceite em Portugal.

10 de Fevereiro de 1996
CPN&P Pte. M&A

RELATÓRIO E PARER DO CONSELHO FISCAL
Exmos. Senhores Accionistas

Nas termos do artigo 407º, 421º e 422º do Código das Sociedades Comerciais, e dos Estatutos, vem o Conselho Fiscal submeter a V. Exa. o seu relatório sobre a fiscalização efectuada no exercício de 31 de Dezembro de 1995, tendo em conta o montante de meios e recursos apresentados pelo Conselho de Administração relativo ao exercício de 1995.

1. O Conselho Fiscal realizou a fiscalização de acordo com as Normas Internacionais de Fiscalização Legal do Conselho e a legislação sobre as demonstrações financeiras não contém distorções materialmente relevantes. Um exame de auditoria inclui a verificação das demonstrações financeiras, a avaliação das estimativas, bases de juízo e critérios de decisão da Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, e a aplicação de uma apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, bem como da razoabilidade da apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

OPINIÃO
2. É nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado a situação financeira da Lusitânica - Companhia de Gás do Centro, SA em 31 de Dezembro de 1995, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com o princípio de contabilidade geralmente aceite em Portugal.

10 de Fevereiro de 1996
CPN&P Pte. M&A

RELATÓRIO E PARER DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Eng.º Luís Carlos da Silva Marques
O VICE PRESIDENTE DA MESA DA ASSEMBLEIA GERAL
Eng.º José Emílio Correia Sousa
O SECRETÁRIO
Dr. Lúcio Reis Antunes